



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0024623-32.2010.8.17.0810 (0261896-2)**

**COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS**

**APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA  
SOBRINHO**

**RELATOR: GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.  
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO.  
EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES.  
ROBUSTO ACERVO DE PROVAS MATERIAIS E  
DEPONENCIAIS APONTAM O APELANTE COMO  
SENDO UM DOS AUTORES DO CRIME DESCRITO  
NA DENÚNCIA. ALEGAÇÃO DE HOUE MERA  
TENTATIVA. IMPROCEDÊNCIA. DOSIMETRIA.  
AFASTAMENTO DA PENA-BASE DO MÍNIMO  
LEGAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. APELO  
A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE  
DE VOTOS.**

*fl*

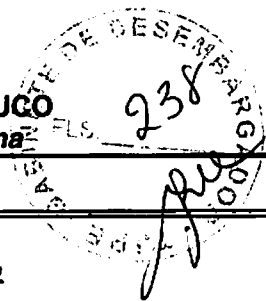
1. Comprovadas, ante sólido acervo de provas testemunhais e materiais, a materialidade e a autoria do crime de roubo duplamente qualificado (emprego de arma e concurso de agentes) imputado ao ora apelante.
2. Considera-se consumado o crime de roubo no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia móvel, ainda que não obtenha a posse tranqüila, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima para a caracterização do delito.
3. Dosimetria. O exame desfavorável de quatro dos oito parâmetros norteadores do art. 59 do Código Penal autoriza o expressivo afastamento da pena-base do mínimo legal, conforme observado nos autos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0024623-32.2010.8.17.0810 (0261896-2), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso de apelação**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 22 de 03 de 2012

  
**Des. Gustavo Augusto Lima**  
Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0024623-32.2010.8.17.0810 (0261896-2)**

**COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS**

**APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA  
SOBRINHO**

**RELATOR: GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS** contra a sentença de fls. 157/167, prolatada pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, o qual julgou procedente a denúncia com o fim de condená-lo a **9 (nove) anos de reclusão** por haver cometido o delito inscrito no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Estatuto Repressivo (Roubo duplamente qualificado).

Segundo a denúncia, no dia 12 de novembro de 2012, pela tarde, nas proximidades do Posto Shell da Av. Bernardo Vieira de Melo, no Município de Jaboatão dos Guararapes, **PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS** e **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA**, em concurso de agentes e fazendo uso de armas de fogo, ameaçaram Jaqueline da Silva Santiago e Marcos Alexandre Felipe da Silva, subtraindo-

C

lhes a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) que haviam acabado de sacar no Banco Itaú.

Consta da peça acusatória que os denunciados tinham em uma motocicleta, seguindo as vítimas, desde a instituição bancária sacada, abordando-as em um sinal de trânsito fechado, apontando-lhes as armas, ocasião em que **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA** chegou a efetuar um disparo contra a vítima mulher, contudo, a arma falhou.

Narra a atrial que os denunciados foram presos em flagrante delito momentos após o assalto, ainda de posse dos valores subtraídos.

Em face de tal conduta, **PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS** e **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA** foram denunciados como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Os autos noticiam que o réu **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA** se conformou com o decreto condenatório.

As razões recursais ofertadas pela defesa do réu **PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS** estão encartadas às fls. 218/220. A defesa ressalta, inicialmente, que o apelante é portador de atributos pessoais favoráveis, visto que tem residência fixa, trabalho definido, é primário e portador de bons antecedentes.

Afirma que o apelante foi induzido a erro, confessou a prática delitiva e se mostrou arrependido pelo seu ato. Alega que, durante o roubo narrado na denúncia, o recorrente sempre esteve sentado no banco de sua motocicleta, sem portar arma de fogo, além de não ter ameaçado as vítimas e não ter reagido à prisão.

Sustenta a defesa que o apelante não conseguiu consumir o crime a ele imputado, visto que em momento algum os acusados conseguiram sair da esfera de vigilância das vítimas e dos policiais, ressaltando que não tiveram a posse plena da *res furtiva* em razão da ação enérgica da polícia.

Em relação à dosimetria da pena, a defesa argumenta que o magistrado processante desprezou a Súmula 444 do STJ na medida em que valorou negativamente os antecedentes do apelante em razão deste responder a um processo criminal na Comarca da Capital por porte ilegal de arma de fogo.

Alega, ainda, que não estão presentes nos autos as hipóteses de incidência das circunstâncias agravantes inscritas nos arts. 61 e 62 do Código Penal.

Por tais razões, requer o provimento do recurso a fim de que a sentença recorrida seja reformada.

A representante do Ministério Público ofereceu contra-razões às fls. 225/226, postulando o improvimento do recurso.

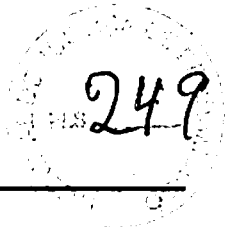
Parecer exarado às fls. 229/232 pela douta Procuradoria de Justiça, onde o representante do Órgão Ministerial se manifestou pelo improvimento do apelo.

**É O RELATÓRIO. À DOUTA REVISÃO.**

Recife, 27 de setembro de 2012.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0024623-32.2010.8.17.0810 (0261896-2)**

**COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS**

**APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA  
SOBRINHO**

**RELATOR: GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Por não se conformar com a sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, o qual o condenou a 09 (nove) anos de reclusão por haver cometido o delito inscrito no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, **PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS**, interpôs, através de defensor privado, o presente recurso de apelação onde postula o conhecimento e conseqüente provimento do seu apelo.

Sem preliminares a serem enfrentadas. Passemos ao exame do mérito recursal. A materialidade está corporificada no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 16 e na Perícia Balística de fls. 140/144. 250

Ao ser ouvido perante a autoridade policial, o apelante confessou o crime narrado na denúncia, aduzindo que o seu parceiro, **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA**, o convidou para fazer um assalto denominado "saidinha de banco" (fls. 07/08).

Em seu interrogatório judicial, o recorrente manteve a confissão efetuada na fase inquisitorial (fls. 122/123):

"Que é verdade o que consta na denúncia. GERCKSON é seu vizinho e participou desse fato com ele interrogado. Que eles dois acusados saíram na moto de propriedade dele interrogado e dirigida por ele interrogado para praticar assalto, mas não tinham vítima escolhida. Que não foram ao Banco Itaú, apenas passavam na motocicleta quando GERCKSON viu a moça com a bolsa dentro do carro e anunciou o assalto; não sabiam o que havia dentro da bolsa. Que ele interrogado ficou na direção da motocicleta ali no sinal de trânsito enquanto GERCKSON desceu do veículo e abordou a moça no automóvel ali parado no sinal de trânsito. A arma de fogo pertencia a GERCKSON e com esta estava na garupa da motocicleta. Que tentaram se evadir, mas terminaram interceptados pela Polícia. que GERCKSON não acionou o gatilho para evoluir contra as vítimas e lhe disse que o revólver ali estava com duas munições pinadas. Que já foi preso por portar arma de fogo que não lhe pertencia. Não sabe se GERCKSON foi preso anteriormente. É proprietário de uma lan house no bairro de Jardim São Paulo na cidade do Recife/PE. Não havia necessidade de praticar esse crime. Apenas estavam sem dinheiro, deu a loucura e partiram para assaltar".

O co-autor do crime, **GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA** prestou declarações no mesmo sentido (fls. 123/124):

"Que é verdade o que consta na denúncia. que estava desesperado com dívidas a pagar, pois havia sido demitido do emprego, estava recebendo o seguro-desemprego e resolveu participar desse crime, mas não atirou contra a vítima. Que ele interrogado tinha comprado o revólver por R\$ 400,00 (quatrocentos reais), cerca de uma semana antes de 12/11/2010. Que ele interrogado havia casado e tinha comprado móveis para pagamento a prazo, mas perdendo o emprego, ficou sem condições de honrar os compromissos financeiros, o que implicou em negativação do seu nome no Serviço de Proteção ao Crédito e em virtude disso foi praticar o assalto. Que saíram de Jardim São Paulo com a intenção de ganhar dinheiro e encontraram a vítima no sinal de trânsito e fizeram a abordagem. Que ele interrogado não acionou o gatilho do revólver contra as vítimas; tinha comprado a arma com a munição que não tinha examinado e por isso não sabia da existência das espoletas pinadas".

251

A vítima Marcos Alexandre Felipe da Silva narrou em juízo como se deu a empreitada criminoso (fls. 116/117):

Que ele depoente foi ao Banco Itaú, agência Piedade, nesta cidade, no dia 12/11/2010, em um automóvel modelo Pólo, com Jaqueline da Silva Santiago para retirarem a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) para efetuar pagamento da folha do pessoal da oficina Guararapes Turbinas, onde ele depoente trabalha. Ao chegarem ao banco, ele depoente estacionou o automóvel e entrou com Jaqueline, a qual foi para o caixa para sacar o dinheiro, enquanto ele depoente ficou conversando com o gerente no banco. Jaqueline recebeu o dinheiro do caixa e colocou na bolsa. Ele depoente saiu com Jaqueline de dentro da agência bancária, foi ao estacionamento e pegou o automóvel com Jaqueline no banco dianteiro do passageiro; saindo da Avenida Bernardo Vieira de Melo e acessando a Rua Aarão Lins de Andrade, parou o automóvel no sinal de trânsito em frente ao Cartório Eduardo Malta, ocasião em que os 2 (dois) acusados, em uma motocicleta, pararam no lado direito de seu automóvel e mandaram que Jaqueline entregasse a bolsa com o dinheiro. O indivíduo que vinha na garupa da motocicleta era quem estava



armado com um revólver que apontou para Jaqueline, que ficou nervosa e não conseguia entregar a bolsa. Ele depoente do banco do motorista pegou a bolsa de Jaqueline e entregou aos acusados que partiram na motocicleta avançando o sinal de trânsito que permanecia fechado enquanto se aproximou uma patrulha policial em motocicleta que foi avisada do assalto e viu os assaltantes avançarem o sinal de trânsito, fizeram a perseguição e a interceptação. Não viu se o carona da motocicleta acionou o gatilho da arma de fogo. que além da quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) sacados do banco, Jaqueline conduzia na bolsa quatro cartões de crédito, um cartão de saúde, dois cheques emitidos por clientes da oficina Guararapes Turbinas um no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e outro no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). que esses bens foram recuperados com a prisão dos acusados. Que ambos acusados usavam capacetes e como a prisão se deu incontinenti ao assalto e todos foram levados para a Delegacia de Polícia, ele depoente não teve dificuldade em reconhecer os acusados.

Jaqueline da Silva Santiago, também vítima nestes autos, ofereceu em juízo a seguinte versão dos fatos (fls. 117/118):

Que ela depoente tinha ido ao banco com Marcos Alexandre Felipe da Silva onde sacou o dinheiro de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e colocou em sua bolsa. Saiu do banco no automóvel dirigido por Marcos Alexandre e no sinal de trânsito da Rua Aarão Lins de Andrade, Marcos Alexandre teve que parar num sinal de trânsito fechado, momento em que ela depoente, que vinha no banco dianteiro do passageiro do automóvel dirigido por Marcos Alexandre, viu quando os acusados em uma motocicleta pararam a motocicleta ao lado dela depoente e anunciaram o assalto. O indivíduo que vinha na garupa da motocicleta desceu do veículo com o revólver em punho e colocou contra o seu peito exigindo que ela depoente entregasse a bolsa com o dinheiro. Ela depoente ficou nervosa e não conseguiu pegar a bolsa para entregar. Marcos Alexandre pegou a sua bolsa e entregou ao assaltante, que o tempo todo apontava a arma de fogo fazendo menção de atirar. Não sabe se o assaltante chegou a acionar

o gatilho da arma. Os assaltantes foram embora na motocicleta e ela depoente ficou dentro do carro com marcos Alexandre ainda ali no sinal de trânsito; apareceram dois policiais de motocicleta, que viram os assaltantes avançar o sinal, e fizeram a perseguição e os interceptaram no próximo sinal. Que dos materiais apreendidos com os acusados a fls. 16, menos a motocicleta e o revólver estavam em sua bolsa, ou seja, estavam em sua bolsa a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) em dinheiro sacados no banco Itaú, quatro cartões de crédito e dois cheques um no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e outro de R\$ 1.5000,00 (um mil e quinhentos reais) e uma pequena bolsa tipo porta-cédula, que foram apreendidos e lhe restituídos. Que foi a Delegacia de Polícia onde registrou a ocorrência policial e reconheceu ambos acusados como autores do assalto.

253

O policial militar Eudes Frederico Pinheiro assim descreveu como se deu a prisão dos réus (fls. 118/119):

“Que ele depoente estava com outro colega policial em patrulha motorizada pela Rua Aarão Lins de Andrade, quando percebeu a saída de dois indivíduos em alta velocidade de um sinal de trânsito e desconfiou daquela atitude e por isso fizeram a perseguição. Ligaram as sirenes das motocicletas tentando que aqueles indivíduos parassem o veículo, mas não foram atendidos e o carona da motocicleta levantou a placa do veículo indicando que algo estava errado. Eles policiais ainda chegaram próximo aos indivíduos e com o rádio mandavam que os mesmos parassem, mas não eram obedecidos. Outras patrulhas que estavam próximas fecharam o acesso da Avenida Barreto de Menezes com a Rua Aarão Lins de Andrade, de forma que os acusados não tiveram como permanecer em fuga e foram interceptados. Que o carona da motocicleta encontrava-se com a arma de fogo. Que a bolsa da vítima caiu no chão quando aqueles indivíduos se renderam. A bolsa foi apreendida e levada para a Delegacia de Polícia com ambos indivíduos com a motocicleta e a arma de fogo. Que quando eles

policiais chegaram à Delegacia de Polícia já encontraram a vítima Jaqueline da Silva Santiago registrando a ocorrência policial". 254

Os depoimentos das testemunhas ora colacionados, coerentes e harmônicos entre si, não deixam nenhuma dúvida acerca da autoria do ora apelante. Restou evidenciado, portanto, que, no dia, horário e local descritos na denúncia, o ora recorrente, em companhia de GERCKSON DO NASCIMENTO SILVA, abordou as vítimas Jaqueline da Silva Santiago e Marcos Alexandre Felipe da Silva, delas subtraindo a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais), em espécie, além de cheques e cartões bancários..

A alegação dos autores do roubo de que não estavam esperando os ofendidos deixar o banco para realizar o assalto e que teriam escolhido as vítimas aleatoriamente não é crível. Diante dos elementos de convicção angariados aos autos, dimana à saciedade que os réus efetivamente estavam à espreita de um cliente que efetuasse um saque vultoso da instituição bancária citada na denúncia. Como bem frisou o magistrado processante, tal prática delituosa é conhecida nos meios policiais como "saidinha de banco". Acreditar que os referidos assaltantes tiveram pura sorte ao abordar alguém com mais de quatro mil reais em espécie beira a ingenuidade.

A alegação defensiva de que o ora apelante não estava portando a arma usada no roubo em foco e que não teria ameaçado quaisquer das vítimas não pode ser aproveitada em seu favor. Não se deve olvidar que, ao agir em comunhão de desígnios com o co-autor Geckson, pilotando a motocicleta referida nos autos com vistas a perseguir e assaltar as vítimas, o apelante prestou evidente colaboração material para a concretização do crime pelo qual foi condenado.

Cediço é que quem emprega qualquer atividade para a realização do evento criminoso é considerado responsável pela totalidade dele, segundo a teoria monista que orienta nosso Direito Penal. Neste sentido:

**STF:** "A participação do réu no evento delituoso, caracterizada por atividade de inequívoca colaboração material e pelo desempenho de conduta previamente ajustada com os demais agentes, torna-o suscetível de punição penal, eis que, ante a doutrina monista perfilhada pelo legislador, 'todos os que contribuem para a integração do delito cometem o mesmo crime', pois, em tal hipótese, 'há unidade de crime e pluralidade de agentes'" (RT 726/555). 255

A defesa argumenta, ainda, que o roubo descrito nos autos não se consumou em virtude do acusado não haver gozado da posse plena dos bens subtraídos, razão pela qual o réu faria jus à redução da pena prevista no art. 14, II, parágrafo único.

A tese defensiva deve ser rechaçada. Como é cediço, o roubo se consuma com a inversão da posse, ou seja, basta que o agente tenha a posse mais ou menos tranqüila da coisa, ainda que por breve espaço de tempo. Na situação dos autos, vislumbra-se que, efetivamente, ocorreu a inversão da posse, pois o apelante se apoderou dos bens das vítimas e empreendeu fuga. Em casos tais, tem-se o roubo por consumado. Assim vêm se manifestando nossos Pretórios:

(HC 99761 / MG; HABEAS CORPUS 2008/0023284-7; Relator Ministro OG FERNANDES; Órgão Julgador SEXTA TURMA; Data do Julgamento 18/09/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 06/10/2008)

**"De acordo com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o crime de roubo, assim como o de furto, no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia móvel, ainda que não obtenha a posse tranqüila, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima para a caracterização do ilícito". (destaques do relator)**

Deve ser ressaltado que o exíguo espaço de tempo entre a subtração do bem e sua restituição não afastam a consumação do roubo. O Colendo STJ já se manifestou neste sentido:

STJ: "1. O crime de roubo está consumado se o agente, ainda que por breve momento, tem, após o desapossamento violento, a disponibilidade dos objetos. Não é exigível a posse tranqüila da res furtiva, bastando que cesse a violência ou a clandestinidade. Precedentes deste STJ e do STF (...)" (EJSTJ 30246). 256

Nestes termos, em relação ao seu mérito, a sentença em testilha não carece de qualquer reparo.

A defesa investe também contra a dosimetria da pena aplicada em desfavor do apelante

Esguardando a sentença sob crítica, verifica-se que o juiz monocrático efetuou o exame das circunstâncias judiciais atinentes ao réu nestes termos:

"Paulo Jorge Xavier dos Santos, que se diz dono de lan house, é comparsa de Gerckson do Nascimento Silva, que possui arma de fogo. Combinou com Gerckson, para realizarem assalto, do tipo 'saidinha de banco', no dia 12.11.2010. Possui a motocicleta de marca Honda, modelo Falcon, de placa KIC-2543 e o comparsa, o revólver municiado para a execução do roubo. Combinado com o comparsa saiu dirigindo a motocicleta, com o comparsa na garupa com a arma de fogo e foi para a frente da agência bancária do Banco Itaú, na Avenida Bernardo Vieira de Melo, no bairro da Piedade nesta cidade. Ali chegando, permaneceu na direção da motocicleta a espera do comparsa que entrou na agência bancária para pesquisar quem sacava dinheiro em valor que justificasse o assalto. Ele ali na motocicleta, pronto para dar saída e seguir a vítima avisada pelo comparsa na garupa, foi avisado pelo comparsa, de que Jaqueline da Silva Santiago, entrando no automóvel modelo Pólo, ali no estacionamento do Banco, havia sacado R\$ 4.650,00(quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), deixou que as vítimas saíssem do local, perseguiu-as atrás na motocicleta, com o comparsa na garupa. Deixou para abordar as vítimas no sinal de trânsito da Rua Aarão Lins de Andrade porque sabia que ali naquele sinal de trânsito, com vários automóveis parados, as vítimas não conseguiriam se livrar e sendo

abordada por seu comparsa não teria condição de evitar e entregaria o dinheiro. Assim ajustado com o comparsa, encostou motocicleta junto à porta dianteira direita do passageiro do Pólo, onde estava Jaqueline e o comparsa fez a abordagem e tomou a bolsa com tudo que Jaqueline tinha, tais como dinheiro, cheques e cartões de crédito. Em seguida, já com os bens das vítimas, partiu com o comparsa na garupa da motocicleta, sendo visto e interceptado pela polícia com os bens roubados e a motocicleta e a arma de fogo, usadas no roubo. Dessa forma, demonstrada sua **culpabilidade**. Não possui **antecedente criminal**, porque ainda que respondendo a outro processo criminal, não tem sentença condenatória transitada em julgado. Não há informação acerca da **conduta social**. A **personalidade** é dirigida ao crime inclusive o de roubo. Responde a outro processo criminal, de nº 0154495-39.2009.8.17.0001, perante a 14ª Vara Criminal do Recife, por porte ilegal de arma de fogo, onde conseguiu a liberdade provisória em 08.01.2010, para ficar na Rua para cometer novo crime. É dirigido à criminalidade desde adolescente, o que mostra que tem a criminalidade como profissão sem recuperação. Comete ato infracional por porte ilegal de arma de fogo, e assim que consegue se livrar do processo menorista por atingir 21 anos de idade, reinicia no crime, novamente por porte ilegal de arma de fogo e piora com o roubo, constituindo pessoa perigosa e irrequerível criminalmente. Não demonstra o mínimo de temor por exercer o crime. Sobre o **motivo**, não justifica que exerça atividade de roubar, a partir da porta dos estabelecimentos bancários. Ao invés de trabalhar e ganhar honestamente, prefere roubar para obter patrimônio fácil em prejuízo de qualquer vítima que ele réu possa atacar. A **circunstância** de se juntar a comparsa para exercer profissão de assaltante contra pessoas em porta de Banco, constitui em grave atividade, contra a ordem pública, a demonstrar que as pessoas honestas não podem mais ir e vir nem exercer suas profissões de comerciante ou banqueiro, nem as pessoas comuns, o cidadão, pode comparecer ao banco para movimentar sua riqueza sem que ele os surpreenda e tome o que a vítima tiver, com a violência por ele exercita. A **conseqüência** não foi mais grave, porque as vítimas tiveram a sorte de ele réu sair na motocicleta em alta velocidade

avançando o sinal de trânsito e ser perseguido pela polícia, que, aliás, não sabia que se tratava de assalto, e o interceptando, o apreendeu com a res furtiva, propiciando a restituição do bem. As vítimas não contribuíram para a ação criminosa. Considerando assim as circunstâncias judiciais e o número de vítimas, que justificam a pena além do mínimo legal, fixo a pena-base em 7 (sete) anos de reclusão. Atenuo em 6 (seis) meses pela confissão. Sem agravante. Sem diminuição. Aumento 3/8, em 2 (dois) anos 6 (seis) meses, de acordo com o Art.157, §2º, incisos I e II, do CP, da violência exercida com arma de fogo e concurso de pessoas. (Precedente Ap.Crim.134528-0-TJPE. Rel. Des..Rivadavia Brayner, 06.02.07). Pena definitiva de 9 (nove) anos de reclusão, que cumprirá iniciando em regime fechado". (destaquei)

Ao examinar os parâmetros inscritos no art. 59 do Código Penal, o magistrado processante valorou negativamente a culpabilidade, a personalidade, os motivos e as circunstâncias do crime, e o comportamento da vítima. Levando em consideração que a infração penal imputada ao réu comina pena em abstrato de 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão, e, muito embora o juiz prolator da sentença recorrida tenha se fundado nas elementares do tipo para reputar desfavoráveis as circunstâncias do crime, temos que a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão se mostrou proporcional e adequada às peculiaridades do caso.

A pena foi reduzida em 06 (seis) meses em face da incidência da circunstância atenuante da confissão espontânea, chegando ao patamar de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses. Em seguida, o magistrado processante majorou a pena em 3/8 (três oitavos), ou seja, 02 (dois) e 06 (seis) meses em virtude da incidência das causas de aumento de pena inscritas nos incisos I e II do § 2º do art. 157 do Diploma Punitivo. Desta forma, a pena definitiva restou fixada em 09 (nove) anos de reclusão.

Descabe, portanto, a alegação da defesa de que o juiz do primeiro grau teria valorado negativamente os antecedentes do réu ao fixar o apenamento básico. Não encontra qualquer amparo, tampouco, o argumento defensivo de que seria incabível a

incidência de quaisquer das circunstâncias agravantes previstas nos arts. 61 e 62 do Código Penal.

Ora, como já visto, o magistrado sentenciante, ao fixar a pena-base, reputou favorável os antecedentes do réu, assim como reconheceu expressamente a não incidência de qualquer circunstância agravante ao efetuar o cálculo da pena. 259

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, na esteira da manifestação ministerial, **voto pelo improvimento do recurso de apelação interposto por PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS, a fim de manter a sentença recorrida em toda sua substância.**

**É COMO VOTO.**

Recife, 22 de março de 2012.

Des.  Gustavo Augusto Lima

**Relator**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

APELAÇÃO: Nº 0024623-32.2010.8.17.0810 (0261896-2)  
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – 2ª VARA CRIMINAL  
APELANTE : PAULO JORGE XAVIER DOS SANTOS  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA  
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
PROCURADOR : ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA SOBRINHO

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de apelação interposto por Paulo Jorge Xavier dos Santos, inconformado com a sentença de fls. 157/167, que o condenou à pena de 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, por infração ao art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

A defesa, em razões recursais, às fls. 218/220, sustenta, em síntese, o seguinte: a desclassificação da conduta de roubo consumado para tentado, sob o argumento de que o objeto material do crime não saiu da esfera de vigilância da vítima, dado o encaixe eficaz da ação policial; o erro na dosimetria da pena, porquanto os antecedentes e as agravantes foram reconhecidos indevidamente.

Em contrarrazões às fls. 225/226, a Promotoria de Justiça requereu que fosse negado provimento ao recurso.

A Procuradoria de Justiça, por meio do Procurador Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho, emitiu parecer às fls. 229/232, no sentido de negar provimento ao apelo.

Pois bem:

Narra a exordial (fls. 01-A/01-C), que:

"Em data de 12 de novembro de 2010, pela tarde, nas proximidades do Posto Shell da avenida Bernardo Vieira de Melo, nesta comarca, os denunciados, em concurso de agentes e fazendo uso de armas de fogo, ameaçaram Jaqueline da Silva Santiago e Marcos Alexandre Felipe da Silva, subtraindo-lhes a quantia de quatro mil, seiscentos e cinquenta reais que haviam acabado de sacar no banco Itaú."

Examino:

A materialidade do crime de roubo restou comprovada através do auto de apresentação e apreensão às fls. 16 e do termo de restituição de fls. 17.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

A autoria do delito de roubo consumado encontra-se amplamente comprovada, não só pela confissão espontânea do acusado (fls. 123/124) e do corréu, como pelos depoimentos uníssonos das vítimas e das testemunhas.

A desclassificação do crime de roubo consumado para o da modalidade tentada, sob o argumento de que o bem não saiu da esfera de vigilância da vítima, diante da perseguição policial não merece acolhida.

Considera-se consumado o delito de roubo no momento em que o agente obtém a posse da coisa roubada, ainda que não seja mansa e pacífica, não sendo necessário que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima.

Na hipótese dos autos, o apelante em concurso de pessoas com o corréu Gerckson do Nascimento Silva seguiu as vítimas, após a saída de uma instituição financeira, e as abordou com uma arma de fogo num semáforo, subtraindo-lhes a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) em dinheiro. Em seguida, evadiu-se em disparada, chamando a atenção de policiais militares que os perseguiram efetuando a prisão em flagrante, o que demonstra que o delito se deu na forma consumada. Senão vejamos.

A vítima Marcos Alexandre Felipe da Silva às fls. 116/117, afirmou que foi ao Banco Itaú sacar a quantia de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), para pagamento de folha de pessoal na qual trabalha e, ao sair da agência bancária, parou o veículo no sinal de trânsito, sendo abordado pelo apelante e pelo corréu, que estava na garupa e armado. Sobre a ação dos acusados, contou, em detalhes:

*"com um revólver que apontou para Jaqueline que ficou nervosa e não conseguia entregar a bolsa. Ele depoente do banco do motorista pegou a bolsa (...) e entregou aos acusados **que partiram na motocicleta avançando o sinal de trânsito que permanecia fechado enquanto se aproximou uma patrulha policial em motocicleta que foi avisada do assalto** e (...) fizeram a perseguição e a interceptação. (...) ele depoente não teve dificuldade em reconhecer os acusados."*

Como se vê, ao fugir com as res furtiva, os acusados consumaram o delito.

A vítima Jaqueline da Silva Santiago às fls. 117/118, relatou os fatos no mesmo sentido do depoimento de Marcos Alexandre, inclusive que o apelante e o corréu fugiram com o sinal de trânsito fechado.

A testemunha policial militar Eudes Frederico Pinheiro, às fls. 118/119, disse que estava com outro colega em patrulha motorizada, quando percebeu a saída dos acusados



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

em alta velocidade de um sinal de trânsito o que gerou desconfiança e por isso realizaram a perseguição. Afirmou, ainda, que:

*"Ligaram as sirenes da motocicleta tentando que aqueles indivíduos parassem o veículo, mas não foram atendidos e o carona da motocicleta levantou a placa do veículo indicando que algo estava errado. (...) Outras patrulhas que estavam próximos fecharam o acesso da avenida Barreto de Menezes com a rua Aarão Lins de Andrade, de forma que os acusados não tiveram como permanecer em fuga e foram interceptados. (...) Que a bolsa da vítima caiu no chão quando aqueles indivíduos se renderam."*

As testemunhas de defesa de fls. 120/122 não presenciaram o fato delituoso e nada acrescentam sobre o ocorrido.

Como visto, ao contrário do que alegado pela defesa, ficou patente a inversão da posse do bem subtraído, que, inclusive, saiu da esfera de vigilância das vítimas. Conforme demonstrado, o réu, em concurso de pessoas, de posse do bem das vítimas, ainda que de forma breve, fugiu do local do crime, sendo o lapso temporal decorrido entre a fuga do Apelante e sua abordagem, suficiente para configurar a consumação do crime de roubo.

O crime de roubo consuma-se no momento em que o agente possui o objeto material, ainda que de forma breve, não se fazendo necessária a posse tranquila, fora da vigilância da vítima. Nesse sentido:

**"4. O Supremo Tribunal Federal e esta Corte, no que se refere à consumação do crime de roubo, adotam a teoria da apreensão, também denominada de amolito, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja mansa e pacífica e/ou haja perseguição policial, sendo prescindível que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima."** (STJ - HC nº 133176/DF. Relatora: Min. Laurita Vaz. Quinta Turma. DJe 04/05/2011)

Feitas tais considerações, não merece guarida o pedido de desclassificação para roubo tentado, pois houve a consumação do crime no momento em que o bem roubado saiu da esfera de disponibilidade das vítimas, contra sua vontade, ainda que por um lapso temporal reduzido.

Alternativamente, pretende a defesa o afastamento dos antecedentes como circunstância judicial desfavorável e das agravantes previstas nos arts. 61 e 62, do Código Penal. Passo, então, a examinar a dosimetria da pena.

A lei penal reservou ao magistrado certa margem de discricionariedade, a fim de que a pena aplicada seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

No caso em apreço, verifico que o julgador monocrático realizou a dosimetria da pena de acordo com as diretrizes dos arts. 59 e 68, do CP.

Ao analisar as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, o magistrado processante considerou cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, consistentes na culpabilidade, personalidade, motivos, circunstâncias do crime e comportamento da vítima.

Equivocou-se, contudo, em relação às circunstâncias do crime por serem inerentes ao tipo penal.

Assim, por entender que o apelante goza, ainda, efetivamente, de 04 (quatro) circunstâncias judiciais desfavoráveis, e considerando que para o crime de roubo, a pena cominada é de 04 a 10 anos de reclusão, mantenho a fixação da pena-base, em 07 (sete) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, o juiz *a quo* reconheceu acertadamente a atenuante da confissão espontânea, passando a reprimenda a ser de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, diante da ausência de outras atenuantes e agravantes.

Na terceira fase da dosimetria, à míngua de causas de diminuição de pena, revelou-se acertada a aplicação da causa de aumento relativa às qualificadoras de emprego de arma de fogo e concurso de agentes, na fração de 3/8 (três oitavos), implicando em um aumento de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses, estendendo-se a reprimenda para 09 (nove) anos de reclusão, que se tornou definitiva.

Como se vê, é insubsistente a pretensão da defesa de afastamento dos antecedentes e das circunstâncias agravantes, uma vez que não foram reconhecidas pelo julgador.

Pelas razões expostas, em conformidade com o parecer ministerial, **nego provimento ao presente apelo**, mantendo, na íntegra, a sentença ora recorrida.

É COMO VOTO.

Recife, 22 de Março de 2013.

*Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Revisor